

A (Des)articulação do Movimento Estudantil: (Décadas de 80 e 90)

Andreza Barbosa

Resumo

O artigo procura analisar o movimento estudantil nas décadas de 80 e 90, tendo como referência o movimento estudantil nas décadas de 60 e 70. Levanta hipóteses sobre as causas responsáveis pela desarticulação deste movimento nas décadas citadas, levando-se em conta as diferenças históricas entre os períodos estudados. Aponta a partidização descontrolada do próprio movimento, como sendo uma das principais causas da desarticulação do mesmo, ou seja, a falta de controle, por parte dos estudantes, da influência de partidos políticos que têm controlado o movimento estudantil, estipulando, muitas vezes, as diretrizes a serem seguidas e, causando assim, divergências quanto à forma de se conduzir o movimento, deixando de lado os interesses gerais dos estudantes e assumindo os interesses do partido.

Palavras-chave: movimento estudantil, partidos políticos, desarticulação.

Abstract

The paper makes an analysis of the student movement on 80's and 90's, having as reference the student movement on 60's and 70's, taking hypothesis about the responsible causes of this movement unarticulation in these years; considering the historical differences among the studied periods. It shows up the uncontrolled political party influences of the movement like one of the principal causes of its unarticulation, or the lack of control of the political party influences, by the students, that have controlled the student movement, stipulating, many times, the directions to be followed and, causing in this way, differences in the form to lead the movement, forgetting the general interests of the students and adopting the party interests.

Key words: student movement, political parties, unarticulation.

Introdução

Houve épocas em que, no Brasil, os estudantes tiveram grande importância enquanto força política, principalmente de oposição. Segundo Poerner (1979), os estudantes brasileiros, diferentemente dos estudantes de alguns países, protestavam contra coisas muito palpáveis e concretas. Como exemplo disso, pode-se citar a campanha do “Petróleo é Nosso”, lançada pela União Nacional dos Estudantes (UNE) em 1947 no Rio de Janeiro e em São Paulo, com grande repercussão.

A principal forma de manifestação desses jovens se dava através do movimento estudantil que, apesar de existir desde os anos 30, ganhou força na década de 60, devido ao contexto sócio-econômico e político da época. Inicialmente, os estudantes lutavam pela Reforma Universitária e por mais verbas para a educação. Posteriormente, acabaram se aliando a outros setores da sociedade e se envolvendo com causas políticas mais amplas, como a luta pela derrubada da ditadura militar, implantada no país através de um golpe de Estado a partir de 1964. Nesse período, além da UNE, ganharam força organizações como a Juventude Universitária Católica (JUC), a Ação Popular (AP), e outras.

O movimento estudantil atingiu um alto nível de

organização em 1968, tendo a partir dessa época sofrido um processo de desarticulação, sobretudo a partir da chamada “queda de Ibiúna”, com a prisão das principais lideranças do movimento estudantil no XXX Congresso da UNE, realizado em 1968 na cidade de Ibiúna-SP. Essa desarticulação se agravou, principalmente, depois do Ato Institucional n.º 5 (AI-5), em dezembro de 1968, e do Decreto-Lei n.º 477, de fevereiro de 1969. O primeiro, dentre outras coisas, suspendia todas as garantias constitucionais e individuais e desencadeava uma violenta campanha repressiva; e o segundo, proibia toda e qualquer manifestação política ou de protesto no interior dos estabelecimentos de ensino públicos ou particulares.

De acordo com Pellicciotta (1997), a década de 70 se caracterizou, inicialmente, por uma série de movimentações de resistência e, posteriormente, pela recomposição das organizações estudantis seguindo uma certa estrutura hierárquica - primeiro os DCEs, depois as UEEs e, por fim, a UNE, em 1979. Nesta década, o movimento estudantil assumiu, principalmente a partir de 1977, importante papel na luta pela anistia e pelas “Liberdades Democráticas”.

No entanto, segundo Cavalari (1987), o movimento estudantil, na década de 70, apresentava certos limites, ou seja, encontravam-se, presentes no movimento, algumas

contradições e ambigüidades. Dentre outras coisas, pode-se citar, como exemplo, as duas reivindicações concomitantes que aconteceram na época: a defesa do ensino público e gratuito e verbas para as instituições particulares. Apresentava, ainda, limites, principalmente por refletir os interesses da classe social a qual pertencia – a pequena burguesia que, por sua vez, só estava interessada em ampliar seu processo de ascensão, o que também é apontado por Foracchi (1977).

Mesmo considerando que o movimento estudantil tivesse sérias limitações, não podemos deixar de reconhecer sua importância enquanto força política organizada nas décadas de 60 e 70, principalmente pelo fato de sua atuação se dar em um momento histórico de grande violência e repressão.

Apesar de a UNE ter sido reconstruída em 1979, o movimento estudantil, nesta época, já começava a apresentar sinais de declínio e, desde então, assistimos a uma crescente despreocupação e desarticulação dos estudantes.

No entanto, quase sempre, quando pensamos em Movimento Estudantil nos vêm à cabeça as grandes manifestações do final da década de 60 e início da década de 70, quando os estudantes lutavam contra a Ditadura Militar. Isso acontece com a maioria das pessoas, afinal, o Movimento Estudantil das décadas de 60 e 70 acabou se tornando um mito e modelo a ser seguido. No entanto, sabemos que o novo contexto não comporta mais esse modelo de movimento, que só se caracterizou como tal num determinado momento histórico em que a situação política e econômica do país oprimia e, ao mesmo, tempo, impelia os jovens a lutarem contra as arbitrariedades do regime militar.

Frente a isso, uma grande questão surge: O que aconteceu com o Movimento Estudantil nas décadas de 80 e 90? Por que ele se tornou tão fragmentado e desarticulado? Por que as organizações estudantis, na atualidade, estão quase sempre, tão ligadas a partidos políticos, deixando de lado seus interesses para assumir os interesses do partido ao qual se aliou? Neste artigo¹, tentarei esboçar algumas hipóteses explicativas para responder a essa questão.

Para levantar tais hipóteses, foi realizada uma pesquisa de natureza bibliográfica no acervo sobre o Movimento Estudantil, Edgard Leuenroth, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), da UNICAMP. O levantamento de todos os documentos produzidos sobre o movimento estudantil nas décadas de 80 e 90, mostrou grandes lacunas que, ao meu ver, poderiam ter dois significados: a

despreocupação dos estudantes com os registros ou a desarticulação do movimento estudantil. Procedi, ainda, ao levantamento da bibliografia sobre o Movimento Estudantil nas décadas de 60 e 70, as quais tive como referência e a bibliografia sobre o movimento estudantil nas décadas de 80 e 90 (que era muito escassa), bem como os documentos produzidos pelo movimento nos últimos anos. Com isso, posso dizer que busquei entender as décadas de 60 e 70 e a situação do Movimento Estudantil atual para identificar as causas das lacunas encontradas nas décadas de 80 e 90.

O Movimento Estudantil na década de 80

Os anos 80 se iniciaram com o Movimento Estudantil já muito debilitado. Muito pouco sobrou do movimento da década de 60 e da de 70. Cabe lembrar, porém, que os contextos históricos e políticos também eram extremamente diferentes. O regime militar só veio findar em 1985, mas já no início da década de 80 não se apresentava da mesma forma como fora em 60 e também em 70, tão violento e repressivo. No entanto, a época em que a violência atingiu seu ápice deixou marcas profundas. Segundo Corraldi (1986, In: SOUZA, 1999), foi o medo que trouxe a despolitização, a redução das atividades associativas, o apoio à privatização da economia, a adoção de estratégias egoístas de sobrevivência, a competição e a especulação.

Em meados da década de 80, a abertura política já estava traçada para uma geração seguinte, que carregava as marcas de uma sociabilidade fragmentada e repleta de inseguranças decorrente do autoritarismo do regime militar. Segundo Sousa (1999), pesquisas sobre os regimes políticos latino-americanos demonstram que o autoritarismo desencadeou uma brutalidade em todos os níveis da vida social, até mesmo em suas microrrelações. A constituição do público sob este princípio disseminou o individualismo e a falta de solidariedade na vida cotidiana, e o trabalho passou a ser uma realidade para a parcela jovem da população. Já não havia a mesma preocupação com o social. O medo instituiu o individualismo.

Ainda de acordo com Sousa (1999), a militarização do Estado colaborou para a acentuada redução da militância após os anos 70, que não se recuperou depois da chamada Abertura. No entanto, os estudantes acabaram seguindo os caminhos possíveis após a ditadura, o da tentativa de reerguimento do movimento estudantil e do acompanhamento de outros movimentos sociais urbanos. Durante o processo de reconstrução da UNE, em 79, pode-se perceber a falta de sentido coletivo da atuação estudantil. Não era mais possível falar do movimento estudantil sob os moldes da

¹ Esse artigo é resultado de uma pesquisa realizada para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia, intitulado “O Movimento Estudantil nas Décadas de 80 e 90”, sob orientação da Prof^a Dr^a Rosa Maria Feiteiro Cavalari.

década de 60, pois a sociedade estava mudando, assim como os próprios setores dos quais os estudantes eram oriundos. A própria Universidade caracterizada como um agrupamento de escolas voltadas a objetivos diferentes dentro de um mesmo campus, onde a formação técnica e a humanista eram antagônicas, já representava a fragmentação do conhecimento proposta nos anos 60; ou seja, a Universidade já não tinha mais muito de “universal”. Essa fragmentação atingiu o movimento estudantil à medida que este já não podia reconhecer um território próprio, por causa da falta de protagonistas que o assumissem. O estudante não se via mais como categoria social, mas sim como futuro profissional de uma área específica, que só estaria de passagem pela Universidade, conforme análise feita por Sousa (1999).

Não era mais possível manter a concepção política dos anos 60 pois, apesar de tudo, a esquerda experimentava, de certa forma, uma atuação coletiva mais democrática em contraposição aos anos anteriores. Com isso, não cabia mais tentar fazer a adaptação de velhas condutas políticas a essa nova realidade. O que se nota, porém, é que a reprodução da história dos anos 60 no final dos anos 70 e em 80 acabou fechando os estudantes nas discussões coletivas de suas próprias organizações, transformando-os, segundo Ribeiro Neto (1985, In: SOUZA, 1999), em estamento político que é, por definição, detentor do poder de refletir e de saber, ou seja, o único com direito à verdade. Fez-se a mistificação do movimento estudantil de 60, tomando-se a concepção única de política enquanto assalto ao poder. No entanto, essa concepção já não tinha mais território nos anos 80 como teve em 60. Ribeiro Neto considera as entidades estudantis da década de 80 como sendo “fantasmas desencarnados das entidades e práticas do passado (...) apenas órgãos que repetem infundável e tristemente a mesma história, alheios e contra a vida e as experiências das pessoas que seriam a sua substância” (1985, In: SOUZA, 1999, p.47).

Ainda de acordo com Ribeiro Neto (1985, In: SOUZA, 1999), passado o autoritarismo da ditadura, restou o autoritarismo da desarticulação e da falta de referencial adequado diante dos graves problemas sociais impostos por relações sociais em crise presentes também nos anos 80. O princípio autoritário do regime militar alcançou a sua vitória máxima com a aceitação dessa situação como normal, expressando também um cotidiano que substituiu o protesto pelo “deixa pra lá” e pelo “tudo bem”.

A *partidarização* do Movimento Estudantil já era sentida desde a época da reconstrução da UNE, em 1979, quando alguns segmentos do movimento estudantil já concebiam a divisão do movimento em diversas tendências

e a vinculação do mesmo a entidades externas a ele, como os partidos políticos, como sendo erros cometidos no passado e que não deveriam se repetir. A nova UNE deveria ser independente à medida que organizasse os estudantes com as forças oriundas do meio estudantil, e não de entidades externas a ele contra o regime militar e seus instrumentos.

Havia grandes expectativas acerca da reconstrução da UNE, como podemos ver na entrevista concedida por José Genoíno Neto, em maio de 79, ao Jornal *UEB Urgente*:

Para a reconstrução existir de fato é preciso que os estudantes sintam realmente a necessidade de ter sua entidade. É imprescindível que eles se unam em torno da bandeira da União Nacional dos Estudantes, num programa comum, tirado das lutas que estão sendo travadas por todo o povo brasileiro. Acho que ela será recriada com o objetivo de conquistar uma representatividade expressiva, de ganhar respaldo, e não podemos imaginar que ela só deva ser recriada quando tivermos todas as entidades de base reconstruídas, pois a UNE não é uma soma de entidades. Para ser uma entidade forte é necessário que ela nasça com uma política de fortalecimento, tanto a nível das escolas quanto das universidades.

No entanto, essa reconstrução não aconteceu dessa forma. Ainda em meados da década de 80, pode-se perceber que houve uma preocupação muito grande em explicar os vínculos com partidos políticos apregoando a autonomia do movimento estudantil, atrelada à idéia de união às lutas dos trabalhadores oprimidos, classe que se pensava ser capaz de atacar de forma mais direta o regime militar, conforme o seguinte trecho de um jornal da UEE-SP:

Devemos deixar claro, de início, a autonomia de nossas entidades com relação a qualquer partido político. Isto não quer dizer, no entanto, que não devemos discutir entre nós as diferentes posições partidárias. Esta é uma discussão pública na qual todos, inclusive os líderes estudantis, tem o direito de colocar suas posições. Nossa posição sobre esta questão é de apoio à construção de uma grande frente dos trabalhadores e do povo contra a ditadura e a exploração. Neste rumo a maior contribuição viria do Partido dos Trabalhadores, proposta nova e que queremos que se viabilize enquanto um grande partido de massas e legal. (Jornal da UEE., jun/ 80; s/p.)

Como pode ser observado, apesar da defesa feita anteriormente pela autonomia do movimento estudantil, acabou-se atrelando o mesmo a partidos políticos, pois não se tratou de uma posição particular de alguns dirigentes do movimento estudantil (que é o nível de envolvimento com os partidos políticos que, de acordo com o trecho citado, foi considerado de direito), tratou-se do posicionamento mais geral da entidade, visto que se faz menção explícita-

mente ao PT, apoiando-o.

Após 84, encontra-se uma lacuna no movimento estudantil, pois quase não há registros sobre essa época e os poucos encontrados são panfletos e jornais de centros acadêmicos, que divulgavam eventos culturais ou relativos à área específica a qual pertencia a entidade. Bem pouco se encontra sobre o movimento geral nesse período.

Essa lacuna aparece justamente no período após a ditadura militar. Apesar de o Brasil ter saído de um regime de extrema repressão e violência, continuávamos a ter problemas internos e externos influenciando a vida dos estudantes e da população brasileira com um todo. No entanto, parece que os estudantes já não encontravam mais tantos motivos pelos quais lutarem. Sobre isso, Sousa afirma que “a visão que se tem dos anos 80, tanto do movimento estudantil quanto dos movimentos sociais, é de que, após o final da ditadura militar, em 85, houve um esmorecimento no entusiasmo participativo” (1999, p. 92).

Como já citei inicialmente, algumas hipóteses podem ser levantadas para explicar essa lacuna: pode referir-se a um movimento estudantil sem memória que bem pouco se preocupou com registros, ou a uma juventude que já não via motivos pelos quais lutar, ou a uma época em que o individualismo começava a imperar na sociedade, ou ainda, a uma geração impedida de atuar no âmbito da política devido às marcas do medo que recebeu durante a violência do regime militar.

Sobre o final da década de 80, um boletim da UEE-SP apresentava a inquietação dos estudantes ao constatarem a apatia na qual se encontrava o movimento estudantil na época. Esse Boletim também faz menção a vários eventos culturais e científicos, não só os de caráter político, como fora no passado. Pode-se notar também a emergência do “movimento de área”, que passava a ser compreendido por alguns estudantes como uma forma alternativa de organização frente à aparente desarticulação do movimento geral e à apatia dos estudantes em relação à situação política nacional. O envolvimento com questões ligadas aos cursos poderia vir a ser um dos caminhos para se retomar as questões mais gerais do movimento estudantil.

Essa apatia do movimento estudantil também era sentida e comentada no jornal *Quarup*, patrocinado pelo DCE da UNICAMP que, no final da década de 80, já fazia uma série de questionamentos ao movimento estudantil. Em um texto escrito por uma estudante de Ciências Sociais, da UNICAMP, percebe-se a crítica feita a respeito da rebelião estudantil dos estudantes do final da década de 80, no texto intitulado “Estudantes universitários do fim da década de 80: Quem somos nós?” (ILARI, In: QUARUP-mai/89, p.2.). Neste texto, fica evidente que, apesar de o atraso das

nações subdesenvolvidas persistir tão grande ou até maior que na década de 60, os estudantes já não mais se importam com isso, parecendo estar mais preocupados com outras questões, que pouco tem a ver com os problemas do povo brasileiro. Estudantes estes, agora adeptos do consumismo capitalista e, oriundos, em sua maioria, de classes sociais mais privilegiadas. Veja-se:

Formamos a geração classe – média que se solidariza com o naufrágio do Bateau Mouche e a morte de Chico Mendes, mas que é incapaz de perceber a miséria das crianças, dos mendigos e de nossas próprias empregadas domésticas em quem tropeçamos todos os dias. Quantos heróis e anti-heróis ainda serão necessários? (Ibidem)

Essa estudante vai mais além na sua crítica, à medida que questiona o caráter revolucionário do movimento estudantil, inclusive na década de 60, levantando a questão de ser um movimento da burguesia. Veja-se: “É óbvio que a camada estudantil jamais seria a peça fundamental para uma eventual (e atualmente muito longínqua, penso eu) reforma da ordem social. (...) Os jovens dos anos 60 queriam a revolução e as vantagens da cultura burguesa” (Ibidem).

Apointa ainda para o fato de que as perspectivas (e a esperança) da revolução praticamente inexistem, tomando ainda um caráter pejorativo, de mau gosto, fora de moda e, por fim, questiona:

Será que ainda há possibilidade de se fazer um movimento estudantil com estudantes conscientes e politizados? Estará a utopia eternamente separada da política? E entre estudantes comunistas, ou politiquinhos, ou apáticos, ou utópicos, alienados, festivos, etc. o que efetivamente poderia ser mudado com tal movimento? Estará a nossa geração Coca-Cola disposta a batalhar por uma utopia ou ideal em prol de sua sociedade, ou ainda, apenas de si mesma? ... (Ibidem)

Críticas ao movimento estudantil também foram feitas na edição de setembro do mesmo jornal, em que se questionava a representatividade da UNE, visto que essa se distanciava cada vez mais dos estudantes. Também assinalava a falta de iniciativas por parte do movimento estudantil para que novos objetivos fossem despertados nas pessoas, fazendo deles instrumentos de transformação. De acordo com esse jornal, o modelo do movimento de 68 já não mais correspondia à situação do Brasil na época e não se tinha outro modelo claro e definido, assim como não tinham claros seus objetivos, seus nortes. Já que não se convivia mais com a ditadura militar, era necessário mudar as formas de atuação dos estudantes:

O movimento estudantil hoje não desperta mais objetivos nas pessoas para que se apropriem dele enquanto instrumento de transformação, canalização de seus anseios e alcance de seus objetivos. O modelo de vanguarda, típico de 68 não mais

responde à situação e nós não temos outro modelo claro e definido hoje, muito menos os “nortes” a serem seguidos. A situação política do país está muito modificada. Não convivemos mais com a fachada ditatorial, o movimento sindical e popular com grande organização, os estudantes possuem um perfil diferenciado. A legitimidade, a representatividade e o compromisso político são fundamentais a serem resgatados; a que princípios apontam para a “democracia” do movimento? (QUARUPSET/89, p.9)

Criticava, ainda, a forma de organização da UNE, apresentando uma nova tese para a diretoria da entidade, como saída aos impasses vividos pelo movimento estudantil. Veja-se:

... há um grande fosso entre a UNE e os estudantes, que se aprofundou muito depois do Congresso de São José dos Campos. Portanto, para definirmos nosso projeto, precisamos trabalhar para reaproximar da UNE todos os estudantes que trabalhem organizados em entidades ou não (movimento cultural, social, ...). (...) Está dada a necessidade de uma entidade nacional que represente, de fato, os estudantes, nas suas mais diferentes e legítimas formas de expressões.

O potencial que esta entidade tem de crescimento, de criação, de trabalho, de expressão é imenso. Mas toda essa crise e indefinição traz em si um questionamento que precisamos encarar de frente: o que queremos da UNE? (Ibidem)

Ainda nesse documento são propostas alterações na organização da UNE, visando, segundo o texto, a reaproximar os estudantes da entidade, a resgatar seu caráter democrático e de luta, a interferir na Universidade de modo a colocá-la voltada aos interesses da maioria da população e a dar transparência às atividades da UNE.

Como pode ser observado pelos documentos analisados, a desarticulação do movimento estudantil após 84 era sentida até mesmo pelos próprios estudantes que viveram essa época, reconhecendo, algumas vezes, seus limites e erros cometidos. No entanto, esses estudantes ainda eram minoria.

O Movimento Estudantil na década de 90

Para muitas pessoas, o ano de 1992 parece ter sido um importante exemplo da reaproximação efetiva dos jovens da política, através da participação no processo de *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Mello, incluindo a participação dos jovens em uma das maiores manifestações políticas da história do país. Em todas as capitais houve protestos contra a corrupção, pela ética e a favor do *impeachment*.

O movimento estudantil parecia ressurgir, no entanto, com características muito diferentes do movimento

das décadas anteriores. Apesar de ainda ser comparado às décadas de 60 e 70, várias características os diferenciam. Nesses períodos, os estudantes enfrentavam uma ditadura militar altamente repressiva e violenta. Na década de 90, os estudantes encontravam, geralmente, nas ruas a aceitação do seu protesto, e as forças policiais agora os protegiam, organizando o trânsito para as suas manifestações. Ao contrário do movimento estudantil de 20 anos atrás, os estudantes pareciam ter ganho a simpatia da grande maioria da população, dando margem à participação de outros setores que aderiram ao movimento pró *impeachment*. As passeatas lideradas tanto por estudantes secundaristas como universitários eram caracterizadas por um misto de repúdio, saudosismo e irreverência, ao som de músicas que mobilizaram os estudantes em anos anteriores e também levando faixas que continham críticas ferozes ao presidente e seus assessores diretos. Os rostos foram pintados, num gesto simbólico, com as cores verde e amarela, ficando essas manifestações conhecidas como o “movimento dos cara-pintadas” (SOUZA, 1999, p.53).

Tudo isso remetia a pensar que o Brasil contava com o renascimento político do movimento estudantil, mas isso não aconteceu de fato, visto que essas manifestações foram episódicas, caracterizando alguns momentos de euforia coletiva sem muita articulação sólida de sustentação, ou ainda, sem perspectiva de se manter como forma organizativa mais permanente ou como eventual possibilidade de interferência histórica nos processos que se seguiriam.

De acordo com Sousa (1999), os estudantes, assim como a juventude no geral, não pareciam querer se envolver mais efetivamente com questões políticas e sociais, estavam muito influenciados pelo espírito individualista da sociedade, não vendo espaço para esse tipo de participação, pois agora seus interesses pareciam ser outros, como a carreira profissional e sua inserção no mercado.

Essa mesma autora ainda faz a seguinte referência aos jovens nesse período:

A geração indefinida, chamada pela mídia de geração X, que é uma parte desse segmento de jovens, começa a se definir na relação com a tecnologia. As maiores evidências, no entanto, estão no campo cultural, na linguagem direta da música. Veja-se, por exemplo, a “cultura clubber”, em que a música techno substitui, pela batida do som forte e excitante, a dificuldade de comunicação entre os jovens. Eles se unem em torno dessa música, que adquire contornos de cultura “underground dos anos 90”, estimulando a sensação de pertencimento a um grupo ou núcleo, a um “nós”, por intermédio da condição de um individualismo coletivo.

Parece impossível reagir ao autoritarismo, que obriga tudo a se uniformizar, aproximando as

peças, os jovens, a ponto de criar, em qualquer parte do mundo, e ao mesmo tempo, uma só necessidade, bastando estar “conectado” (SOUZA, 1999, p.54-55).

Os documentos encontrados sobre o movimento estudantil na década de 90 são escassos, e quase sempre se resumem em jornais de centros acadêmicos. Novamente aqui, pode-se perguntar pelas razões responsáveis por essa “lacuna”: desorganização e ausência da preocupação com os registros ou ausência do movimento nessa época? Independente da razão responsável, o que fica claro, pelos poucos documentos encontrados, é que o movimento estudantil, nessa época, assumiu características bem diferentes do movimento das décadas de 60 e 70.

Devido à diferença do contexto sócio econômico, como já foi mencionado, pode-se notar que as preocupações estudantis estavam mais individualizadas. Os estudantes envolviam-se, com menos frequência, em questões de ordem política. As discussões passaram a girar mais em torno de questões específicas dos cursos. Um exemplo disso, pode ser dado com o jornal “A cachaça operária”, do Centro Acadêmico de Ciências Humanas, da UNICAMP que, em 92, no início das críticas ao atual presidente Fernando Collor de Melo, limitava-se a apresentar eventos culturais, discussões específicas da área de História e, em um texto apenas, uma crítica ao presidente Collor. Essa crítica ocorre de maneira equivocada, pois ao invés de argumentos de natureza política, apela para xingamentos e agressões, resumida na seguinte frase “Collor: você já encheu o saco!” (A Cachaça Operária, mar/92. s/p.).

Como já foi apontado, em 92, durante o movimento *pró-impeachment*, do presidente Fernando Collor de Melo, os estudantes vão às ruas juntamente com outros setores da sociedade. No entanto, a ênfase é dada mais sobre os estudantes quando se aborda esse episódio. Isso talvez se deva, segundo Mattos (1993), ao estranhamento das pessoas em ver os jovens nas ruas no mês de agosto de 1992, protestando contra a corrupção no governo, visto que o país acostumou-se a ver os jovens sob os tetos de *shopping-centers*.

Sobre o movimento dos caras - pintadas, esse autor ainda afirma:

O que ficou de concreto, é que os jovens quebraram uma letargia de 20 anos e arrancaram a classe média de uma submissão fatalista na qual estava submetida. (...) Os “carapintadas” lotaram praças e ruas, empunhando faixas de todas as cores, gritando slogans e palavras de ordem, não muito criativas, mas marcadas pela irreverência. Os filhos da geração que em 1968 foi reprimida duramente pelo regime militar fazem hoje seu protesto de forma mais livre e alegre, numa salada

de tendências composta por bandeiras e camisetas que vão do PC do B ao PDS. (MATTOS, 1993, p. 79).

Ainda, segundo Mattos, o que aconteceu durante as manifestações *pró-impeachment* foi, “uma fusão entre os espíritos de duas épocas: as grandes manifestações de massa de cunho político, típicas dos anos 60 e 70, se realizaram com a diversidade cultural e estética dos anos 80 e 90” (1993, p.80).

Rodrigues (1992) afirma que, apesar da importância do movimento dos “caras pintadas”, este não pode ser compreendido como um indicativo do renascimento do movimento estudantil na década de 90. De acordo com esse autor, o contexto da época era pouco favorável às manifestações de rua e uma das razões responsáveis por essa situação era o fato de o país encontrar-se na vigência do regime democrático com o pleno funcionamento das instituições políticas e de Imprensa. Veja-se:

Nada indica que o contexto que caracterizou a década de 60 venha a se reproduzir. Essa afirmação não exclui alguma forma de manifestação estudantil, em particular, e da sociedade civil, em geral. Mas é preciso considerar que atualmente as instituições mais adequadas para o trato das questões políticas, como o Congresso e os partidos, estão funcionando. Além disso, a imprensa ocupa um espaço grande como fator de crítica e vigilância dos atos do poder. A democracia política, por outro lado, permite que os estudantes, enquanto eleitores, possam expressar a sua opinião no momento do voto. Provavelmente, essa é uma das razões pelas quais as mobilizações de rua contra a corrupção têm sido tão escassas. (RODRIGUES, 1992, p.3).

É importante destacar ainda que os estudantes, durante as manifestações contra o governo Collor, não estavam sozinhos, constituindo-se parte de uma ampla mobilização da sociedade civil e política e contando com o apoio dessas. Segundo Mische,

Nesse clima, a participação entusiasmada dos jovens nas passeatas pelo *impeachment* – organizados pelas entidades estudantis, apoiados pelos partidos e entidades civis, e divulgados pela grande imprensa – não pode ser chamada de ‘independente’ ou ‘espontânea’, pois eles receberam amplas formas de apoio oficial e não-oficial ... (1997, p. 47).

Após o movimento *pró-impeachment*, o movimento estudantil parecia ter desaparecido. Poucas foram as manifestações e lutas. Apresenta-se novamente uma grande lacuna, que só deixará registros novamente a partir de 99, visto que são poucos os documentos encontrados até 99. Quando encontrados, estes referem-se apenas à questões culturais, eventos científicos, discussões específicas de área.

Difícilmente fazem menção à situação política e social do país. Parece mesmo que a geração pós-ditadura tinha motivos muito fortes para não se envolver com as lutas políticas mais amplas. Diante desse fato, algumas questões podem ser levantadas: Será que agora não se têm mais motivos para lutar? Serão as marcas do medo? Será a individualização da sociedade brasileira? Será o equívoco de tomar como modelo o movimento estudantil do passado e não conseguir adequar-se a ele? Ou será ainda um pouco de tudo isso?

O movimento estudantil nos dias atuais

O presidente Fernando Henrique Cardoso, reeleito em 1998, deu continuidade a um governo de privatizações e acordos com entidades internacionais, de acordo com essa política neoliberal, tantas vezes denunciada pelos estudantes, mas na maioria das vezes, as argumentações não vão muito além do “Fora FHC e FMI”. Ou seja, a participação do povo tem sido muito escassa e, no caso do movimento estudantil, quase sempre ocorre sem fundamentos teóricos que permitam a compreensão maior da conjuntura econômica e política em nível mundial e nacional. Esse contexto de desigualdades, injustiças e sucateamento da educação se constituiu, bem fundamentado ou não, em motivos para manifestações e protestos por parte dos estudantes. É assim, em torno de questões como essas, que o movimento estudantil passa a fixar seu alvo, porém de forma ainda muito fragmentada e *partidarizada*.

O movimento estudantil nesse período (1999-2001) deve ser pensado, novamente, de forma muito diferente da década de 60 ou ainda 70. Além das diferenças dos contextos nos quais se inseriam, também há um sério agravante: encontra-se muito dividido, principalmente o movimento estudantil geral. Essa divisão é, quase sempre, devida à diferença entre os partidos políticos aos quais as diferentes “tendências” do movimento estudantil estão vinculadas. Geralmente, são partidos “de esquerda” e, às vezes, têm o mesmo objetivo, no entanto, discordam terminantemente com relação a forma de se conduzir o movimento. Nos últimos congressos da UNE, por exemplo, podemos observar a disputa de alguns partidos políticos pela diretoria da entidade (PC do B, PSTU, PT, PCB, PSB, PCO, PTB, PFL, PDT, PPB, PPS, PSDB, PMDB e outros). As teses para a diretoria da entidade são apresentadas e sempre estão relacionadas a algum partido político. Essa presença dos partidos é tão marcante a ponto dos estudantes se referirem uns aos outros como militantes do partido X ou Y sem, às vezes, citar sequer o nome da entidade que o estudante representa. Esses mesmos estudantes, que às vezes recebem o

título de “militantes profissionais”, quando saem da universidade e do movimento estudantil, continuam militando no partido, alcançando, algumas vezes, cargos na política.

As divergências são muitas: ideológicas, políticas e estruturais. Em matéria no “O Globo”, o repórter Vilhena (*Mídia Impressa*, jun/2001, s/p.) comenta as novas táticas do que chamou “moderno movimento estudantil” que, numa estratégia da UEE do Rio de Janeiro, durante manifestação dos estudantes do Rio, distribuiu cerveja no campus e jornais que tratavam tanto de *funk* e *rap* como de política. Frente às críticas recebidas, o tesoureiro-geral da UEE, Fabrício Marchi, filiado ao PC do B, argumenta: “Temos que evitar o discurso carrancudo. Não adianta mais subir na cadeira e falar alto. A forma do discurso tem de interessar aos estudantes” (*O Globo*, 20/06/00, p.4, In: *Mídia Impressa*, jun/01).

Em contraposição, o vice-presidente, Carlos de Souza, filiado ao PT, é a favor de palavras de ordem e ações mais agressivas: “Temos de ocupar as ruas. Desde 92, ficamos no conchavo político” (*O Globo*, 20/06/00, p.4, In: *Mídia Impressa*, jun/01).

Dessa forma, muitas vezes, as discussões acabam se desviando de suas intenções iniciais, como a defesa dos interesses dos estudantes em geral, para se deslocarem para o campo político partidário, originando quebras, discrepâncias de idéias, rivalidades, impedindo que o movimento estudantil se articule em favor de suas lutas específicas.

A estreita vinculação do movimento estudantil aos partidos políticos atingiu um tal nível que até mesmo alguns membros da antiga diretoria da UNE começam a acreditar que todo movimento estudantil deve ser *apartidário*, com ações voltadas para ideais conjuntos dos jovens, como o ex-diretor de universidades públicas da UNE, Almir Ribeiro, que, mesmo sendo filiado ao PSB, defende: “O jovem quer lutar por uma sociedade feliz, independente, quer garantia de moradia e do primeiro emprego. E tudo isso não está ligado a partidos políticos”. (*Diário de Natal*, 30/03/00, p.10, In: *Mídia Impressa*, jun/01).

Se o caráter transformador do movimento estudantil já fora questionado em outras épocas, até mesmo na década de 60 em que, apesar das divergências, alcançou-se uma unidade aparentemente maior dos estudantes pelos seus interesses e causas, agora então, com rupturas ainda maiores, esse caráter pode ser colocado, mais do que nunca, em dúvida.

Considerações finais

As gloriosas lembranças do movimento estudantil nas décadas de 60 e 70, sempre tão marcadas por heróis e

mártires, ideais e utopias permeiam nosso tempo nos fazendo sentir falta do mesmo entusiasmo que movia os jovens daquelas épocas. No entanto, o movimento estudantil de 60 e 70 não pode ser parâmetro para o movimento atual, isto porque os tempos eram outros e o novo contexto não mais comporta aquele tipo de militância estudantil que só se caracterizou como tal num determinado momento histórico em que a situação política e econômica do país levava os jovens a agirem de tais formas. Podemos retomar então, o questionamento feito no início desse artigo: O que aconteceu com o movimento estudantil nas décadas de 80 e 90?

Na tentativa de entender isso, encontrei, como já citei várias vezes aqui, lacunas. E, sob o meu ponto de vista, essa ausência de documentos pode ter tanto significado quanto se tivesse encontrado uma vasta fonte de registros.

A ausência de registro sobre o Movimento Estudantil nesse período pode ter, também como já foi citado, duas hipóteses explicativas: a primeira seria a desarticulação do movimento estudantil, ou seja, pode significar que o movimento estudantil quase não se fez presente na vida política do Brasil nesse período, daí a falta de material. A segunda seria resultado de uma despreocupação por parte dos estudantes que compunham o movimento com os registros ou com a conservação dos mesmos, o que não deixa de indicar, entretanto, uma certa desorganização.

Tendo em vista a primeira hipótese, pode-se considerar ainda alguns fatores que teriam contribuído para a desarticulação do movimento estudantil nas décadas de 80 e 90.

O primeiro deles diz respeito à apatia que se abateu sobre o meio estudantil e sobre a população brasileira como um todo após o ano de 84, com o término do regime militar. Essa apatia pode ter ocorrido em decorrência das marcas de medo que a ditadura deixou muito fortes nas pessoas que viveram essa época. No entanto, o que me parece mais provável é que, nesse período, predominava a sensação de que não se tinha mais pelo que lutar. Os estudantes estavam acostumados a uma forma de organização do movimento estudantil que só cabia no regime militar e, por isso, não se encaixava no novo contexto político brasileiro. Já não se podia sair às ruas clamando pelo fim da ditadura ou pela derrubada da mesma. O autoritarismo se dá, nas décadas de 80 e 90, de forma mais sutil, à medida que impõe uma ideologia da privacidade que tomou conta de toda a nossa geração que, por sua vez, assumiu princípios baseados no respeito à liberdade e aos desejos de cada um, conforme análise feita por Sousa (1999), ou seja, o individualismo e, aí, já entramos no nosso segundo motivo possível.

O segundo motivo que poderia ter causado o desaparecimento do movimento estudantil das ruas é, como citei

no fim do parágrafo anterior, o individualismo da sociedade brasileira que vem como uma consequência da política neoliberal e globalizante que vivemos. De acordo com Saliba (1999), os jovens vão às universidades buscando uma formação que lhes permita exercer uma profissão reconhecida e, assim, possa sobreviver e obter êxito pessoal. A preocupação com o coletivo quase sempre se resume a atitudes de solidariedade e filantropia. O afastamento das questões políticas indica um conformismo e uma passividade de quem já não se vê mais como sujeito da história, mas sim, como objeto passivo dela.

Com isso, ainda segundo Saliba (1999), para poderem recuperar minimamente a condição de sujeitos, os jovens assumiram uma ideologia subjetivista expressa através de questões individuais de comportamentos, como as ideologias de bem estar do corpo, do sexo, do psiquismo, típicas das sociedades de consumo, busca de práticas alternativas, histeria consumista, abandono do espaço público e desinteresse da luta política organizada. Tudo isso, portanto, indica as novas características de uma juventude que não mais se identificava com a geração que a antecedeu.

Por fim, a terceira e última hipótese da desarticulação do movimento estudantil nas décadas de 80 seria, como pode-se observar ao fazer a análise dos poucos registros que foram encontrados sobre o movimento estudantil nesse período e também ao fazer a análise do movimento estudantil nos nossos tempos (1999 a 2001), a *partidarização* do mesmo. Apesar de os estudantes formarem uma categoria que, inicialmente, teria os mesmos interesses e objetivos, sua conduta não condiz com a de uma classe unificada. Muito pelo contrário, muitas das lutas maiores e mais abrangentes que o movimento estudantil se propôs nesse período parecem não ter vingado, devido às muitas brigas internas causadoras de muitas cisões no movimento.

A relação dos estudantes com partidos políticos, no entanto, não é necessariamente uma coisa negativa, como já foi apontado. O que não é adequado é o aparelhamento do movimento estudantil aos partidos políticos, ou seja, quando os interesses do movimento estudantil são deixados de lado para se assumir a disputa entre os partidos que assumiriam as lideranças estudantis. Essa relação já vem sendo percebida há muito tempo pelos estudantes; no entanto, o afastamento do movimento estudantil dos partidos políticos se torna cada vez mais difícil, como pode-se observar nos últimos congressos da UNE. A política no movimento estudantil e a militância nem sempre precisam ser partidárias. Aí, uma das justificativas dadas pelos dirigentes de entidades estudantis do movimento geral, hoje, é que a relação com os partidos políticos é necessária, pois o movimento estudantil não tem condições estruturais de se

manter sozinho, visto que com a expansão do ensino superior ocorrida nas últimas décadas, o número de universidades no país cresceu muito. Por isso, a estrutura atual do movimento estudantil não tem condições de atender a todos os estudantes.

Se este argumento é verdadeiro, pode-se colocar uma outra questão: será que a estrutura do movimento estudantil não precisa ser revista? Se a UNE, por exemplo, tem condições de se manter como um órgão central de representação dos estudantes de todo o país, como fora na década de 60 e até mesmo na de 70, não seria necessário pensar a estrutura do movimento estudantil de outra forma, por meio de organizações menores que possam abranger todos, ou ao menos, grande parte dos estudantes, com suas discussões? O chamado “movimento de área” tem se constituído, na prática, em um exemplo dessa forma de organização, uma vez que vem conseguindo congregando estudantes por áreas de estudo para sustentar discussões relativas às suas áreas, além de discussões mais gerais em uma estrutura possível e não em uma estrutura gigante que acabe inviabilizando o aprofundamento das discussões.

Até quando o movimento estudantil continuará insistindo no antigo modelo de organização central liderado pelas chamadas vanguardas? Não vivemos mais o regime militar, mas vivemos formas mais sutis de opressão das quais os estudantes precisam se dar conta sem, contudo, perder de vista seus limites e sua condição de estudantes que vivem um novo contexto, no qual não se encaixam mais os antigos parâmetros de movimento estudantil. Além disso, a militância precisa ser repensada para além da militância partidária, como expressão real dos interesses dos estudantes.

Referências bibliográficas

- CAVALARI, R. M. F. *Os limites do movimento estudantil* (1964-1980). Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Campinas, Campinas, 1987.
- FORACCHI, M. M. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: Nacional, 1977.
- GENTILI, P. A. A.; SILVA, T. T. (Org.). *Neoliberalismo, qualidade total e educação*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- ILARI, M. D. Estudantes universitários do fim da década de 80: Quem somos nós? In: *Quarup*. Impressões, Campinas, Maio de 89. v. 1, nº 1.
- MATTOS, A. L. Ressurgimento do movimento estudantil: realidade ou ficção? In: *Educação*, Porto Alegre, v. 16, nº 25, p. 79-91, 1993.

MENDES Jr., A. *Movimento estudantil no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MISCHE, A. De estudantes a cidadãos. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, nº 5/6, 1997.

PAOLI, M. C. Dossiê: movimento estudantil. In: *Desvios*, Petrópolis: Vozes, 1985.

PELLICCIOTTA, M. M. B. *Uma aventura política: as movimentações estudantis dos anos 70*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas. Campinas, 1997.

POERNER, A. J. *O poder jovem*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. (Coleção Retratos do Brasil).

RIBEIRO NETO, A. Um laço que não une mais. In: *Desvios*. Petrópolis: Vozes, 1985.

RODRIGUES, L. M. As manifestações pró-*impeachment* apontam para o renascimento do movimento estudantil no país?. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 15 ago. 1992, p. 3.

SALIBA, E. T. A utopia possível nos tempos dos jovens “caras-pintadas”. *Jornal da Tarde*, São Paulo, 19 jun. 1999. p. 5D.

SANFELICE, J. L. *Movimento estudantil: A UNE na resistência ao golpe de 64*. São Paulo: Cortez, 1986.

SIRKIS, A. *Os carbonários: memórias da guerrilha perdida*. São Paulo: Círculo do Livro, 1980.

SOUSA, J. T. P. *Reinvenções da utopia: a militância política dos jovens nos anos 90*. São Paulo: Hacker; FAPESP, 1999.

Periódicos estudantis

A Cachaça Operária – Uma publicação revolucionária do CACH. Março de 1992.

Boletim da UNE de Circulação para as Entidades. Nº 1. Gestão 81/82.

Boletim da UNE de Circulação para as Entidades. Nº 2. Gestão 81/82.

Boletim da UNE de Circulação para as Entidades. Nº 3. Fevereiro de 81.

Boletim da UNE de Circulação para as Entidades. Nº 4. Abril de 81.

Boletim da UNE para o CONEB de Circulação para as Entidades. Julho de 81.

Boletim Informativo da UEE-SP. Nº 1. 16 de junho de 89.

Boletim Informativo da UEE-SP. Nº 9. 26 de setembro de 83.

Boletim Informativo da UNE. Nº 5. Novembro de 82. Gestão 81/82.

Boletim Informativo da UNE. Nº 15. Setembro de 83. Gestão 82/83.

Boletim Informativo da UNE. Nº 26. Junho/Julho de 84.

Jornal da UEE – Órgão de Divulgação e Debate da UEE-SP. Março de 81.

Jornal da UEE – Órgão de Divulgação e Debate da UEE-SP. Nº4. Maio de 79.

Jornal da UEE – Órgão de Divulgação e Debate da UEE-SP. Número especial do Congresso. Junho de 80. Ano II.

Mídia Impressa – Gestão 1999-2001. Diretoria de Comunicação da UNE. São Paulo. Junho de 2001.

Quarup. Impressões, Campinas. Maio de 89. Ano I. Nº 1.

Quarup. Impressões, Campinas. Setembro de 89. Ano I. Nº 3.

UEB Urgente – Proposta para a UNE Unitária e Independente. Nº5. Maio de 79.

Andreza Barbosa

Mestranda do Programa de Pós Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – USP;

Ex-professora do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Rio Claro;

Pedagoga licenciada pela UNESP – Campus de Rio Claro.

Endereço para contato: **Avenida 62-B, Nº 37, Jardim Panorama, Rio Claro-SP.**

E-mail: andrezabarbosa@usp.br
